

Centro de Pastoral Agrária  
N.º 2/9/85  
BIBLIOTECA

- SR. MINISTRO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
- SR. PRESIDENTE DO INCRA
- SR. DIRETOR REGIONAL DO INCRA - RECIFE
- SR. DIRETOR REGIONAL ADJUNTO DO INCRA - RECIFE.

Nós, milhares de trabalhadores rurais dos municípios de: AREIA, PILÕES, SERRARIA, ALAGOA GRANDE, ALAGOA NOVA, CUITEGÍ, ALA GOINHA, MULUNGU, BANANEIRAS, BORBOREMA, PIRPIRITUBA, BELÉM; DUAS ESTRADAS, LAGOA DE DENTRO, SERRA DA RAIZ, TACIMA, ARARUNA, CACIMBA DE DENTRO, DONA INÊS, CAIÇARA, SOLÂNEA, ARARA, GUARABIRA, ARAÇAGI, PILÕESINHOS. ~~BERNARDINA~~, NO ESTADO DA PARAÍBA, com nossos sindicatos, presentes nesta cidade de Guarabira, vimos apresentar ao INCRA, ao Ministério da Reforma Agrária, e à opinião pública a situação em que se encontra a nossa região, e demonstrar que esta situação exige a aplicação imediata da Reforma Agrária, no conjunto dos nossos municípios, que respondem a todos os critérios de prioridade definidos pelo Estatuto da Terra e pelo Plano Nacional de Reforma Agrária.

VÁRIOS MUNICÍPIOS, UMA SÓ REALIDADE

Nossos municípios tem características diferentes, mas essas mesmas diferenças se completam e se juntam para criar problemas e sofrimentos comuns a todos os trabalhadores rurais.

Os municípios de AREIA, PILÕES, SERRARIA, ALAGOA GRANDE, em pleno Brejo, dotados de terras férteis e clima úmido, poderiam produzir praticamente de tudo, mas se encontram quase inteiramente cobertos pela cana-de-açúcar, em torno das duas usinas da região (a Usina Tanques, que só produz açúcar, e a usina Santa Maria, de açúcar e de álcool).

Nesses municípios a produção de alimentos está reduzida a muito pouco e garantida apenas por uma pequena quantidade de pequenos proprietários e pelos minúsculos roçados dos assalariados moradores que ainda restam em algumas propriedades. Esses roçados são muito menores do que os 2 hectares garantidos pela lei 57.020, a chamada "lei do sítio", e vêm diminuindo sempre mais, pressionados pela cana dos patrões, ou desaparecendo inteiramente pela expulsão dos moradores.

Os municípios de TACIMA, ARARUNA, CACIMBA DE DENTRO, DONA INÊS, CAIÇARA, SOLÂNEA e ARARA, bem mais secos, não servem para a cana, mas são municípios que já foram e ainda podem ser grandes produtores de alimentos, através da pequena produção dos agricultores pobres. Ao contrário, hoje se encontram quase todos ocupados por imensas extensões de capim, alimentando uma quantidade relativamente pequena de gado, ou terras simplesmente abandonadas, inteiramente improdutivas.

Os agricultores pobres se encontram reduzidos a roçados minúsculos, poucos de sua propriedade, ou conseguidos através de algumas formas de parceria, arrendamento, ou em troca de, plantando por uma safra, deixar a terra pronta para o plantio do capim.

Os municípios de ALAGOA NOVA, CUITEGI, ALAGOINHA, MULUNGU, BANANEIRAS, BORBOREMA, PIRPIRITUBA, BELÉM, DUAS ESTRADAS, LAGOA DE DENTRO, SERRA DA RAIZ, GUARABIRA, ARAÇAGI, PILÕESINHOS E MARI, permitem o cultivo da cana-de-açúcar, a pecuária e, sobretudo, têm condições que permitem uma imensa produção de alimentos e de produtos de valor comercial como o açafrão, as frutas (abacaxi, banana, castanha de caju) pimenta do reino, etc... se estivessem nas mãos dos trabalhadores rurais.

No entanto, embora a pequena produção ocupe um espaço maior de que nos outros municípios citados, encontra-se permanentemente ameaçada pela expansão da cana e do capim, vendo seu espaço diminuir cada ano.

Existe também nesses municípios muita terra cercada e abandonada, e, quase sempre, o capim e algumas cabeças de gado são só disfarce para terras improdutivas.

---

**SOMOS UMA GRANDE POPULAÇÃO DEPENDENTE DA AGRICULTURA**

---

Nossos municípios têm uma grande concentração de população. Eles cobrem juntos uma superfície de 4.005 KM<sup>2</sup>, e tinham em 1980 372.100 habitantes, o que dá uma média de 98 habitantes por quilômetro quadrado, bem superior à média do Estado que é de 49 hab. por km<sup>2</sup> (IBGE: censo demográfico, 1980).

Para a grande maioria dessa população não existe, na região, outra alternativa para trabalhar senão a agricultura. Mesmo Guarabira, a maior cidade da região, que é a sua porta de entrada e o principal centro comercial, não pode oferecer outro tipo de trabalho senão a uma parcela muito pequena de trabalhadores.

As indústrias são praticamente inexistentes e só encontramos subemprego e biscoite no comércio, no serviço público e serviços gerais. Todas as cidades da região, mesmo as menores e mais pobres estão "inchadas" e cada dia crescem as "pontas de rua", com a chegada de trabalhadores rurais expulsos da terra e condenados ao desemprego e à fome. Nem a migração para as capitais do Nordeste e do Sul do País não é mais solução para nós e grande parte dos que foram estão voltando.

-3-

---

#### NOSSA REGIÃO PODERIA PRODUZIR MUITO MAIS

---

Não temos outra saída senão a agricultura. Estamos sem terra para plantar e sem trabalho, vivendo em condições miseráveis. Mas, no entanto, sabemos que nossa região poderia sustentar uma população ainda maior que essa e produzir o suficiente para abastecer outros centros.

Nossa região é de terras boas e não falta chuva; de tudo se pode plantar e produzir. Estamos perto dos dois maiores centros consumidores do Estado (João Pessoa e Campina Grande) e ligados ao resto do Nordeste por uma estreita rede de estradas asfaltadas que poderiam escoar uma grande produção.

---

#### ESTAMOS SENDO EXPULSOS DA TERRA

---

Há muitos anos estamos sendo expulsos da terra. Somos expulsos da morada nas propriedades canavieiras, para ceder lugar à cana, perdendo assim o direito ao roçado pela "lei do sítio". Somos expulsos das propriedades onde por dezenas de anos nós e nossos pais cultivamos a terra como arrendatários ou parceiros, para entregar a terra à cana, ao gado, ao mato.

Em todos os casos somos postos para fora de maneira totalmente ilegal, sem receber nossos direitos e indenizações trabalhistas, nem a indenização pela benfeitorias que lá deixamos, e não é respeitado o nosso direito de posse.

Na maioria das vezes cedemos e saímos sem nada, ou por não conhecermos nossos direitos ou por temor das ameaças dos grandes proprietários que são fortes e controlam a política, os órgãos públicos locais e possuem capangas armados contra nós.

Em 1970 a população total da nossa região era de 372.000 habitantes; em 1980 passou para 393.151, somente 21.000 pessoas a mais, devido à grande migração de gente para outras regiões, gente que antes estava no campo.

-4-

Em 1970, 70% da população de nossos municípios vivia no campo, o que quer dizer que tinha alguma terra para plantar com alguma segurança. No ano de 1980 só restava no campo 60% da população, e as cidades tinham crescido de 113.000 habitantes para 157.000 habitantes (IBGE : censo demográfico 1980 - sinopse preliminar e dados distritais).

Mesmo quando éramos minifundiários fomos expulsos da terra devido à terra ser pouca e cansada, e faltar recursos de apóio à nossa produção, recursos que não faltavam aos grandes que nos pressionavam para comprar tudo.

---

#### A SITUAÇÃO GERAL É DE CONFLITO

---

Mesmo vivendo já na "pontas de rua", sem roçado não podemos sobreviver, e por isso procuramos por toda parte um pedacinho de terra para plantar, e acabamos aceitando qualquer condição para conseguí-lo. Mas só conseguimos parcelas minúsculas, e cada ano temos que procurar um outro lugar. Mesmo aquelas que ainda vivem no campo, proprietários, rendeiros, parceiros, assalariados moradores, na sua grande maioria não tem senão uma parcela muito pequena de terra para cultivar, e que diminui dia a dia.

Em nossos municípios havia em 1980 27.235 famílias de trabalhadores que só contavam com 5 hectares ou menos para cultivar, e desses 9.854 tinham de 2 a 5 hectares, 10.180 de 1 a 2 ha, e 7.201 menos de 1 ha. Sempre em 1980, 85% das parcelas de terra com menos de 10 ha ocupava 21% da área, enquanto isso, do outro lado, do lado dos grandes, 3% das parcelas de terra com mais de 100 ha, isto é 693 estabelecimentos ocupavam 53% da área.

Além de só conseguirmos parcelas insuficientes para sobreviver, nem sequer podemos contar com o produto do nosso trabalho, pois nenhuma das determinações do Estatuto da Terra sobre o arrendamento e a parceria são respeitadas pelos grandes proprietários.

Temos que entregar a meia ou a terça da produção quando fomos nós que entramos com todo o gasto e o proprietários só nos entregou a terra nua.

Pagamos renda adiantada e cada ano mais alta. O INCRA não fornece aos nossos sindicatos a informação sobre o valor declarado das terras, e assim, nem sequer podemos saber quanto seria o valor legal do arrendamento, conforme manda o Estatuto da Terra. Mas, nós, quase sempre, aceitamos tudo isso para não perder completamente o acesso à terra. Cada vez que procuramos condições mais justas de trabalho, que sejam conforme ao que manda a lei, a resposta que recebemos é a expulsão da terra, a ameaça de ficar sem roçado o ano seguinte e, finalmente, a ameaça de violência física contra nós.

A própria polícia se presta com facilidade ao papel de cumpridor das ameaças feitas pelos patrões, prendendo e intimidando ilegalmente os trabalhadores que reivindicam seus direitos, bastando para isso um chamado de um grande proprietário.

Por isso afirmamos que a situação geral em nossos municípios é uma situação permanente de conflito agrário e tensão social, na qual os nossos direitos e a própria lei são permanentemente agredidos pelos grandes proprietários. Nessa luta, a maioria das vezes, nós trabalhadores estamos perdendo já no primeiro golpe.

---

#### CRESCEM OS CONFLITOS AGUDOS

---

Nós temos procurado nos organizar nos últimos anos, temos procurado nos esclarecer sobre os direitos garantidos por lei, e, em alguns casos, estamos conseguindo nos unir e resistir às agressões e à expulsão. Nesses casos o conflito não pode ser mais ignorado e se torna claro e público. Nesses casos sofremos ainda mais ameaças e pressões, mas, com o apoio de nossos Sindicatos, da Igreja e de outras entidades que nos ajudam, estamos resistindo porque sabemos que se tivermos sucesso não beneficiaremos apenas a nossas famílias, mas à própria Nação. Esses conflitos declarados estão aumentando e já são muitos em nossos municípios.

(ver listas dos conflitos anexa)

Em todos esses casos, temos a certeza de que temos direito à terra e estamos reivindicando e esperando a desapropriação imediata prometida.

---

SOMOS OBRIGADOS A NOS ASSALARIAR NA CANA

---

Sem terra ou com pouca terra para plantar, explorados nos contratos de arrendamento e parceria, na venda de nossos produtos, em toda a região, somos obrigados a alugar nossos braços principalmente nas propriedades canavieiras do Brejo, do Litoral e até do Rio Grande do Norte.

Somos muitos necessitando deste trabalho; oferecemos muito mais braços do que seriam necessários para produzir, de modo bem organizado, a cana que as Usinas e os engenhos do Brejo podem moer. Assim acabamos aceitando qualquer condição para ter um mínimo de trabalho, e de ganho para escapar da fome.

---

NENHUMA PROPRIEDADE CANAVIEIRA RESPEITA OS DIREITOS TRABALHISTAS

---

Aproveitando-se do nosso desemprego, do excesso de mão de obra que oferecemos, os patrões do Brejo nos exploram de todos os modos possíveis.

\*Nossas famílias têm uma média de 7 pessoas para sustentare, em Novembro de 1984 era preciso que 3 pessoas por família trabalhassem (2 na cana e 1 em outro biscoite) para conseguir, juntas, por semana uma média de cr\$ 40.500, quando o valor semanal do salário mínimo por pessoa seria de cr\$ 41.750 e do dissídio coletivo seria de cr\$ 44.300.

Nenhum trabalhador canavieiro da nossa região jamais recebeu o repouso semanal remunerado, nem férias. A metade deles nunca recebeu o 13º salário, e os que o receberam foi apenas um "agrado" e não tudo o que tinham direito.

Apenas 15% dos trabalhadores canavieiros em nossa região tem a carteira de trabalho assinada pelo empregador, mas só 4% com o tempo

---

\* Os dados que apresentamos foram resultado de uma pesquisa realizada pelo SEDUP (serviço de Educação Popular) da Diocese de Guarabira, sob a orientação da UFPB - Campus II, Mestrado de Sociologia Rural, a serviço dos STRs da região. Foram entrevistadas 231 famílias de trabalhadores da cana, nos 6 principais municípios canavieiros do Brejo, atingindo todas as categorias de trabalhadores: moradores, assalariados das pontas de rua e pequenos produtores. Os resultados da pesquisa estão a disposição de todos os interessados.

certo de serviço, os outros 11% tem a carteira assinada como tra- 7.  
balhador "novo", desprezando todo o tempo anterior.

Somos obrigados a trabalhar por "produção" e não pela diária com tarefas enormes e muito abaixo dos preço estabelecido pela tabela do dissídio coletivo. Assim nos obrigam a trabalhar mais em menos tempo: para tirar uma tarefa trabalhamos 9 horas por dia e muitas vezes não conseguimos terminar naquele dia.

No final da semana recebíamos, em novembro do ano passado, 20/25.000 cr\$ pelas tarefas que tiramos, o que divididos pelos dias de trabalho, dá uma diária de cr\$ 3.000 / 3.500, quando a diária do dissídio era de cr\$ 6.300. Atualmente, quando a diária é de cr\$ 11.762 estamos recebendo cr\$ 6.000 / 8.000 sem o repouso remunerado.

Os patrões, mesmo no pique da safra, nos dão em média 4 dias e meio de trabalho por semana, procurando assim se livrarem de pagar o repouso semanal e dificultar a cobrança das férias e do 13º.

De fato, porém, nos estamos a disposição deles durante a semana toda para tudo que eles precisarem e há vezes que trabalhamos os 6 dias da semana e até o domingo se for preciso.

---

### NÃO HÁ JUSTIÇA PARA NÓS

---

Nossos sindicatos constantemente pedem a fiscalização do Minis-  
tério do Trabalho, mas nunca conseguem medidas eficazes.

Quando queremos cobrar na Justiça, devemos pagar procuração em cartório, porque a maioria de nós é analfabeta, além de pagar outras custas processuais. Faltam na nossa região Juntas de Conciliação e Julgamento: só os trabalhadores de Alagoa Grande, Alagoa Nova e Areia podem encaminhar seus casos na Justiça do Trabalho de Campina Grande ; nos demais municípios temos que recorrer à Justiça comum, o que significa esperar anos para receber nossos direitos e ser co-locados na "lista negra" dos patrões e não encontrar mais trabalho em toda a região. É esta, por exemplo, a prática da Usina Santa Maria em todos os casos de conflitos trabalhistas até agora.

É por isso que 87% dos trabalhadores canavieiros nunca receberam os direitos atrasados que não lhes foram pagos, nem a indenização por tempo de serviço quando despedidos.

Mas nós continuamos lutando para que a lei seja cumprida. Por causa desta luta assassinaram a nossa líder sindical mais querida e combativa, Margarida Maria Alves há exatamente dois anos atrás.

Nós já apontamos para as autoridades competentes os mandantes do crime, mas até hoje nada foi oficialmente esclarecido, e os culpados, que deveriam ser procurados entre os grandes proprietários da região, continuam impunes e estimulados a continuar a violência contra nós. 8;

Somos agredidos porque queremos fazer respeitar a lei, mas continuamos tentando, querendo crer que um dia a Justiça e a Lei serão levadas a sério. Este mal que atinge a todos os trabalhadores ruais pobres de nossos municípios, também caracteriza a nossa região como de conflito e tensão generalizada.

---

### AS PROPRIEDADES CANAVIEIRAS SÃO LATIFUNDIOS POR EXPLORAÇÃO

---

Sabemos que muitas das propriedades da zona canavieira de nossa região já estão cadastradas no próprio INCRA como Latifúndios por exploração e sabemos também que, se a lei do Estatuto da Terra for levada a sério, não existe empresa rural produtiva e verdadeira na região que ocupe de maneira eficiente 80% de suas terras e respeite as leis trabalhistas, cumprindo com a sua função social.

Garantindo seus lucros com a exploração de nossa força de trabalho, os proprietários da zona canavieira não sentem necessidade de melhorar a produtividade de suas terras, de investir em melhorias técnicas. A produtividade de cana na nossa região é das mais baixas de todo o país: 40 toneladas por hectare nos municípios do Brejo e 35 toneladas nos municípios do Piemonte da Borborema (Dados do Anuário Estatístico da Paraíba - Governo do Estado, 1982)

Os proprietários, na sua maioria, só sabem aumentar a produção aumentando a área plantada de cana expulsando os nossos roçados, e só sabem aumentar os seus lucros explorando sempre mais o nosso trabalho.

Os empréstimos e subsídios do governo, em lugar de serem aplicados na melhoria do parque industrial e da produtividade da terra, são aplicados em compras de terra e em especulação no mercado financeiro. Muitos dos proprietários da zona canavieira são os mesmos que compram grandes propriedades em outros municípios para cobrir de capim ou deixar crescer o mato à espera de valorização.

Basta consultar os registros do IAA e os cadastros do INCRA para verificar o que estamos afirmando.

A USINA TANQUES, de Alagoa Grande, de propriedade de Aguinaldo Veloso Borges, completamente antiquada e ineficiente, moeu na safra 83/84 apenas 210.606 toneladas de cana somando a cana própria e dos fornecedores. No entanto possui, somente nos nossos municípios, 11 propriedades, conforme declarado ao INCRA, com um total de 4.953,6 ha. Dessas, sabemos que apenas 3, com 640 ha, estão classificadas como empresas rurais. As outras 8 propriedades, que fazem 4.313 has, são classificadas como latifúndios por exploração. Sabemos ainda que seus proprietários possuem outras milhares de hectares em outros municípios da Paraíba e no Estado do Pará.

A USINA SANTA MARIA, mais moderna e eficiente no setor industrial, entretanto nem por isso trata melhor e mais legalmente os próprios trabalhadores, praticando as mesma injustiças trabalhistas que o mais atrasado dos engenhos. Essa Usina possui 3.310 has de terra nos municípios de Areia, Pilões e Serraria, e ainda arrenda e administra outras propriedades nesses municípios.

---

**NOSSAS CONDIÇÕES DE VIDA SÃO DE EXTREMA NECESSIDADE**

---

Para sobreviver somos obrigados a levar nossos filhos menores a trabalhar na cana:

39% dos trabalhadores da cana em nossa região têm menos de 18 anos de idade, sendo 7% menores de 12 anos, 19% de 13 a 16 anos, e 13% de 17 a 18 anos.

86% das pessoas acima de 7 anos, nas famílias de canavieiros, são analfabetos, e esta percentagem vale também para as crianças entre 7 e 14 anos, que deveriam estar na escola, mas estão cortando a cana e cambitando com os próprios pais, recebendo salários de fome. Das crianças em idade escolar, apenas 38% frequenta algum tipo de escola.

O futuro da classe trabalhadora está sendo dramaticamente prejudicado.

Nossas habitações são precárias e não oferecem segurança e higiene: em 72% das casas não há energia elétrica, e 71% não tem água encanada.

Nossa alimentação e saúde são muito abaixo do nível humano, com graves consequências sobretudo para as crianças.

Sabemos que boa parte das informações e dados que apresentamos o INCRA já tem ou pode conseguir de forma mais completa se consultar os órgãos governamentais. Mas, o que quisemos mostrar foi que nós, os trabalhadores, junto com nossos sindicatos e assessores, estamos discutindo, estudando, pesquisando e analisando a situação, e somos capazes de julgar e saber que nossa região está dentro dos critérios da Lei para a aplicação urgente da Reforma Agrária e não aceitaremos explicações se nossos municípios não forem incluídos como área prioritária para Reforma Agrária, e se ela não for realizada.

Quisemos mostrar também que estamos conscientes de que todos os problemas que apontamos em nossa região estão interligados. Está claro que a injusta distribuição da propriedade da terra causa a nossa miséria, a excessiva oferta de mão-de-obra para a cana e o conseqüente grau de exploração que sofre essa mão-de-obra, favorecendo o descaso dos proprietários na melhoria da qualidade e da produtividade da agricultura.

Com a punição dos latifúndios improdutivos ou pouco produtivos pela desapropriação, com o assentamento dos trabalhadores rurais em propriedades que lhe garantam o sustento básico, certamente poderemos produzir mais e melhor uma grande variedade de produtos. Teremos assim condições melhores para negociar nosso trabalho assalariado de modo a nos permitir uma vida mais digna e a produção de cana, abacaxi, gado e outras culturas de grandes empresas, na região, será obrigada a se modernizar e se tornar eficiente, produzindo mais em menos terra.

---

EXIGIMOS

---

Por todas essas razões, exigimos que toda a nossa região, abrangendo todos esses municípios, seja declarada área prioritária de Reforma Agrária, e que seja feito um plano de conjunto para a Reforma na região, com a nossa participação através de nossos sindicatos.

Exigimos também a desapropriação imediata, conforme as promessas feitas, das áreas de conflito agrário agudo e de conflito trabalhista envolvendo a expulsão de moradores da terra.

Sem isso já não poderemos esperar mais nada da Nova República 11.  
e saberemos continuar a nossa luta pela justiça no campo por outros  
caminhos.

Guarabira, 11 de agosto de 1985

2º aniversário da morte de Margarida Maria Alves

Assinam os representantes sindicais.

C O N F L I T O S   N A   R E G I Ã O

1. CONFLITOS AGRÁRIOS COLETIVOS;

ARARUNA:	fazenda Calabouço de Baixo	23 fam.*
	fazenda Calabouço de Cima	46 fam
	fazenda Baixio	49 fam
TACIMA:	propriedade Vazante	43 fam
DONA INÊS:	Fazenda Sitio	80 fam*
BANANEIRAS:	faz. Carvalho	188 fam
	faz. Sapucais	110 fam
	Sitio Tabocas	6 fam
	Sitio Estiva	19 fam
PIRPIRITUBA:	Itamatai e Serra da Jurema	11 fam
SOLÂNEA:	Gruta de Santa Tereza	18 fam
	Sitio Sombrio	14 fam
GUARABIRA:	Areia Branca	118 fam
ALAGOINHA:	fazenda Cajá	53 fam
ALAGOA GRANDE:	Engenho Baxinha	<u>28 fam</u>
	total	806 fam

Além desses conflitos coletivos, existem 23 ações possessórias individuais na Justiça que incluem despejo, consignação de pagamento, indenização de benfeitorias... nos municípios de Pirpirituba, Pilões, Borborema, Alagoinha, Areia, Alagoa Nova e Bananeiras.

Existe também um conflito agrário na propriedade do espólio de Eufrásio Câmara, que se estende pelos municípios de Alagoa Nova, Alagoa Nova, Massaranduba e Lagoa Seca, envolvendo 600 famílias.

2. CONFLITOS TRABALHISTAS ENVOLVENDO A EXPULSÃO DOS MORADORES.

CAIÇARA :	fazenda Serrinha	5 fam
BELEM :	Sitio Santo Antônio	5 fam
BORBOREMA:	engenho Sapucaia	53 fam
SERRARIA :	engenho Campo Verde (Usina S. Maria)	29 fam
PILÕES :	engenho Poções (Usina S. Maria)	11 fam
AREIA :	engenho Gameleira e Várzea do Quati (Usina S. Maria)	54 fam
ALAGOA GRANDE:	Engenho do Meio	50 fam
	Sitio Avenca	16 fam
	Eng. Lagoa Verde	4 fam
ALAGOA NOVA:	Eng. Serra Preta	<u>50 fam</u>
	total	277 fam

Além desses conflitos existem 52 ações trabalhistas individuais nos municípios de Areia, Alagoa Nova, Belém, Pirpirituba, Pilões, Borborema, Bananeiras, Alagoinha.

TOTAL DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM CONFLITOS OU COM AÇÕES NA JUSTIÇA

1.158 FAMÍLIAS

-----  
 Dados fornecidos pelo "Centro de Orientação dos Direitos Humanos" da Diocese de Guarabira, cujos advogados advogam para vários sindicatos da região.